

A TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ: CAMINHOS DA EFETIVAÇÃO DA LEI 11.645/2008¹

Daniella Castellini Nunes²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o livro didático *Pequenos Exploradores*, adotado nas escolas municipais da cidade de Maringá, utilizado pelos professores e o aluno de 4º e 5º ano, do Ensino Fundamental, dos anos iniciais, volume único, primeira edição, de 2014, pela Editora Positivo. O livro está indicado para o uso da História do Paraná, por meio de conteúdos de Geografia, História, Arte e Cultura Regional. O principal aspecto a ser analisado, neste trabalho, relaciona-se com a temática *História e Cultura Indígena* presente em suas unidades didáticas. Com a análise do tema, objetiva-se compreender como estão sendo tratadas as questões históricas e culturais da população indígenas no município de Maringá, no Paraná.

Palavras-chave: História do Paraná; Ensino de História e Cultura Indígena; Maringá, Escolas Municipais.

ABSTRACT

This work aims to analyze the didactic book "Small Explorers", adopted in the municipal schools of the city of Maringá, used by teachers and the student of 4th and 5th year of elementary school in the initial years. Single volume, first edition of 2014 by Editora Positivo, the book is indicated for the use of the History of Paraná through contents of Geography, History, Art and Regional Culture. The main aspect to be analyzed, in this work, is related to the topic of Indigenous History and Culture present in its didactic units. Through the analysis of the theme, the objective is to understand how the historical and cultural issues of the indigenous population in the municipality of Maringá in Paraná are being addressed.

Keywords: History of Paraná; Teaching of Indigenous History and Culture; Maringá, Municipal Schools.

¹ Trabalho orientado pela Profª Drª Maria Aparecida Leopoldino do Departamento de Teoria e Prática, da Universidade Estadual de Maringá.

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

INTRODUÇÃO

Em 2008, mediante a Lei Nº 11645/2008, estabeleceu-se a obrigatoriedade do *Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena* nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, público e privado nacionalmente, por meio da inclusão dessa temática no currículo escolar. Conforme estabelecido no art. 26-A, a lei prevê que conteúdo programático:

[...] incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil” (BRASIL, 2008, s/p).

Na cidade de Maringá, essas questões relacionadas à implementação da referida lei iniciam-se com discussões sobre o currículo do município por volta de 2010. Tais discussões resultaram na prescrição, no ano de 2012, do *Currículo da Educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental*. Após a publicação do documento, a Secretaria municipal de Educação da cidade dispõe, para pesquisa e orientação da prática pedagógica dos professores municipais, as diretrizes sobre os eixos norteadores para os anos iniciais na qual consta a indicação do estudo da “valorização e a contribuição do povo africano, dos afro-brasileiros e dos indígenas”, amparadas na referida lei.

Além do documento curricular, em 2014, os professores da rede municipal, na avaliação de livros didáticos indicados pelo Plano Nacional do Livro Didático adotaram o livro de história regional *Pequenos Exploradores* para uso disciplinar de Geografia, História, Arte e Cultura. Dividido em duas partes, esse livro apresenta conteúdos vinculados ao tema que a lei remete como sendo obrigatória. Por seu intermédio verifica-se que a temática indígena recebe atenção e sugere a possibilidade de estudar a História e Cultura Indígena.

Refletir sobre a narrativa que está presente no livro em questão sobre o tema da história e cultura indígena é o interesse deste trabalho. Uma vez que a existência da Lei 11.645/08 colocou este desafio para os professores da educação básica e, nesse sentido, é possível afirmar que o tema da História e Cultura Indígena está sendo tratado na prática escolar dos professores do

município de Maringá sob orientação desse livro, que passou a ser utilizado a partir de 2016. Presente em todas as bibliotecas das escolas do município de Maringá, fornecido para alunos, o referido livro escolar torna-se um importante objeto de análise para os interesses desta pesquisa.

A escolha do livro didático como fonte de investigação indica alguns pressupostos metodológicos. Em primeiro lugar, tal opção não implica a identificação do texto didático com o que se passava no interior das salas de aula, no desenvolvimento das atividades de professores e alunos, mesmo que seja possível afirmar que existe uma estreita relação entre a prática pedagógica e o saber produzido mediante o livro didático. Entretanto, as práticas cotidianas desenvolvidas pelos professores – compreendidos como atores sociais – apresentam características de construção de reconstrução dos conteúdos propostos nos livros didáticos. Além disso, existe uma estreita relação entre a elaboração dos programas/currículos de ensino, com a construção dos livros didáticos, o que permite pensar no conjunto das diretrizes de conteúdos propostos num determinado momento histórico. No entanto, a maneira como os conteúdos são organizados pelos autores dos livros didáticos correspondem a uma forma relativamente autônoma em tratar com temáticas prescritas.

O objetivo desse artigo é apresentar os resultados da análise procedida com relação ao tema presente na narrativa historiográfica escolar por meio do livro didático adotado. Para tanto, dividiu-se a análise em três momentos. No primeiro, apresenta-se a organização das unidades didáticas, sua estrutura pedagógica e a anunciação da temática. No segundo, as unidades específicas referentes ao tema História e Cultura Indígena, sua abordagem historiográfica e pedagógica. No terceiro, algumas conclusões relacionadas ao estudo no contexto dos debates atuais sobre os “caminhos” para a efetivação da lei 11.645/2008.

1. A HISTÓRIA INDÍGENA EM UNIDADES: DOS PRIMEIROS TEMPOS AOS DIAS ATUAIS

A construção da representação do índio foi analisada nas duas partes que compõe o livro didático em análise. Verifica-se que o livro *Pequenos Exploradores*, destinado aos 4º e 5º ano do ensino fundamental, escrito por Wilma de Lara Bueno, Berenice Bley Ribeiro Bonfim e Pedro

Machado de Almeida³, e editado pela Positivo, em 2014, trata do conteúdo disciplinar de História, na primeira parte; e de Geografia na segunda parte. Em sua totalidade, a História do Paraná, está dividida em oito unidades didáticas, subdivididas em capítulos que indicam uma temporalidade que vai tratar do ponto inicial da história indígena (primeiros tempos) até a ocupação do espaço paranaense, conforme está representado na tabela:

Tabela 1 – Primeiros Tempos

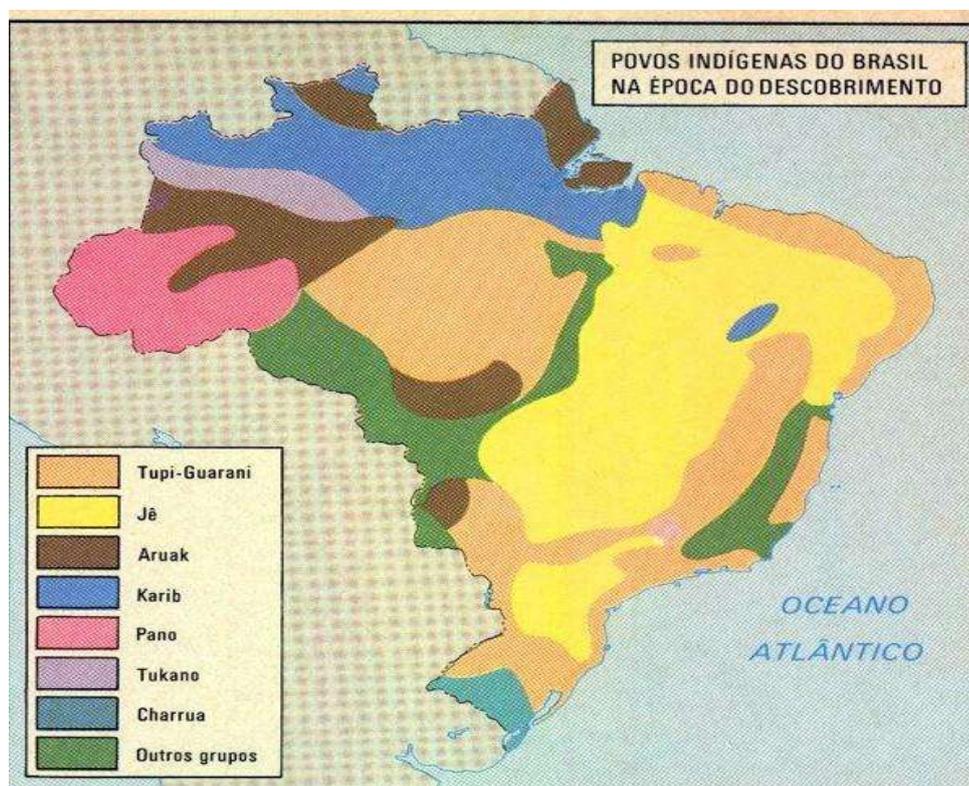
PARTE 1 – HISTÓRIA	
UNIDADE	CAPÍTULOS
PRIMEIROS TEMPOS	1-Primeiros habitantes de nossa terra; 2- O jeito de viver em outros lugares; 3-Não existe madeira em sua terra?
OCUPAÇÃO POVOAMENTO	E 4-E os portugueses ficaram no Brasil. 5-Povoamento e conquista do Sul. 6-Criação de Gado: um bom começo. 7-Engenhos de Mate.
SOCIEDADE PARANAENSE	12-Transformações do século XIX. 13-Revoluções que marcaram a sociedade paranaense 14-Povoamento do norte, do oeste e do sudoeste do Paraná. 15-O Paraná dos últimos tempos.
PARTE 2 - GEOGRAFIA	
A PARANAENSE	POPULAÇÃO 4 – A população do Paraná é caracterizada pela diversidade cultural.

Fonte: BUENO, Wilma de Lara. Pequenos Exploradores: livro regional: Paraná: geografia, história, arte e cultura: 4º e 5º ano / Wilma de Lara Bueno, Berenice Bley Ribeiro Bonfim, Pedro Machado de Almeida. Curitiba: Positivo, 2014. (Coleção Pequenos Exploradores).

³ **Wilma de Lara Bueno**, doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atuou na rede pública, coordenando trabalhos e discutindo propostas curriculares com os professores do Ensino Fundamental e Médio. É professora universitária e tem trabalhos publicados no campo da História, Educação e de Relações de Gênero. **Berenice Bley Ribeiro Bonfim**, Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Trabalhou na Rede Estadual de Ensino, atuando em todos os anos do Ensino Fundamental. Foi membro da Equipe Pedagógica de Ensino Primeiro Grau da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. É membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. **Pedro Machado de Almeida**, Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bacharel em Turismo com ênfase em Hotelaria pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Ex-professor de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Especializado em Ensino de Geografia pela UEL - Pós-graduação lato sensu.

Como se pode ver pela representação acima, a indagação que a autora quer apresentar é que os índios foram os “primeiros habitantes de nossa terra”. Para a autora, é importante que os alunos “compreendam as mudanças que acontecem em nossa sociedade” – Brasil - e assim introduz o conteúdo tratando dos “primeiros habitantes de nossa terra, no caso na história do Paraná”. A narrativa didática apresenta os lugares de ocupação dos “primeiros habitantes” no território brasileiro. Os indígenas de diversas nações⁴ são considerados os “ verdadeiros donos” de todas as matas, de todos os rios, de todos os campos que viviam e pertenciam a estes lugares. Para confirmar sua afirmação insere um mapa que indica como a população indígena estava espalhada pelo território quando da chegada do europeu:

Figura 1 – Mapa do Brasil: Nações indígenas



Fonte: VICENTINO, Cláudio. Atlas histórico: Geral & Brasil. São Paulo:Scipione, 2011. p. 27.

⁴ Nação é conceito utilizado pela autora para definir: conjunto de pessoas, geralmente com as mesmas origens, que falam o mesmo idioma, compartilham os mesmos costumes e se mantêm unidas pelos mesmos hábitos e tradições. Os membros de uma nação formam um povo. Por exemplo: os povos indígenas do Brasil são formados por diversas nações ou povos.

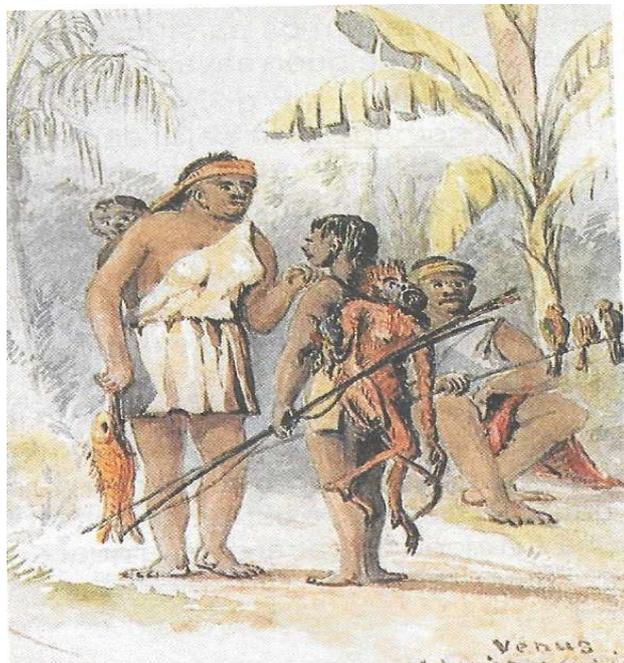
A inserção do mapa – representando os povos na época do “descobrimento” – tem como objetivo demonstrar que cada região era povoada por um grupo com características diferenciadas, que os povos indígenas não podem ser considerados todos iguais e mesmo os colonizadores tiveram que se adequar aos grupos que tinham contato nas vastas regiões do Brasil. Além disso, a autora procura trabalhar com a temporalidade contemporânea com o fim de que os alunos possam perceber mudanças nessa ocupação espacial nos dias atuais. Por meio da atividade “Hora da Pesquisa”, é solicitado aos alunos que pesquisem em revistas ou jornais atuais os problemas enfrentados pelos indígenas em relação a demarcações de terras.

Para enfatizar “as mudanças que atingiram a sociedade indígena” destaca-se que a questão da retirada dos indígenas de suas terras e criação de reservas tinha com objetivo de confinar os índios em espaços físicos restritos e controlados, de forma que as terras seriam utilizadas para o desenvolvimento nacional, questão fundamentada no art.20, parágrafo 1, letra d, do “Estatuto do Índio, Lei 6.001 (BRASIL, 1973), promulgada no governo de Médici, em 1973 e ainda em vigor”.

Reconhecida essas mudanças demográficas da população indígena, a narrativa segue com claro objetivo de enfatizar as informações sobre o modo de viver e a divisão do trabalho entre homens e mulheres, dos grupos Tupi e Jê. A partir dessa unidade, verifica-se a central preocupação da autora com o tema: apresentar a diferença do modo de vida dos povos indígenas com relação ao seu colonizador.

Para reflexão como os povos indígenas viviam, a autora utiliza obras de diversos artistas do final do século XIX que percorreram as terras paranaenses e representaram, por meio de pinturas, alguns aspectos da vida dos povos mais antigos que foram encontrando, como o inglês Willian Lloyd (1822-1905) e sua pintura “Índios: Província do Paraná”. Sobre o artista, a autora informa que Lloyd, ao vir para o Paraná a trabalho, representou com aquarela as cenas da natureza e do modo de viver das comunidades indígenas que encontrou. No exemplo abaixo, o artista representa um momento de retorno da caça e pesca, os indígenas cercados pela natureza, a mulher carregando nas costas a criança e um peixe nas mãos, enquanto conversa com um outro índio que tem nas costas um macaco morto, além de estar segurando uma vara, e um outro índio adulto com uma vara e alguns pássaros em cima.

Figura 2 – Índios: Província do Paraná



Fonte: Pintor inglês Willian Lloyd (1822-1905). Local de custódia não identificado. p. 14.

Mediante as obras desses artistas que representaram o índio brasileiro, é comum para a autora propor aos alunos que verifiquem como os artistas representaram o modo de viver das comunidades indígenas, e quais atividades de sobrevivência, podem ser verificadas na tela. O exemplo exposto na página 15, a imagem do Cacique Pahy dos Guaranis: Kayová do pintor Franz Keller, de 1865, é significativo nesse sentido, assim como o da página 16, imagem que representa o aspecto da vida do povo kaingang, na província do Paraná representada pelo artista João Henrique Elliot⁵.

⁵ **João Henrique Elliot** era pintor, desenhista, cartógrafo e escritor. Nasceu nos Estados Unidos, em 1809 e morreu no Brasil, em 1884. Ele chegou ao país em 1825 e retratou os indígenas do Paraná em diversas obras.(BUENO, 2014, p. 16).

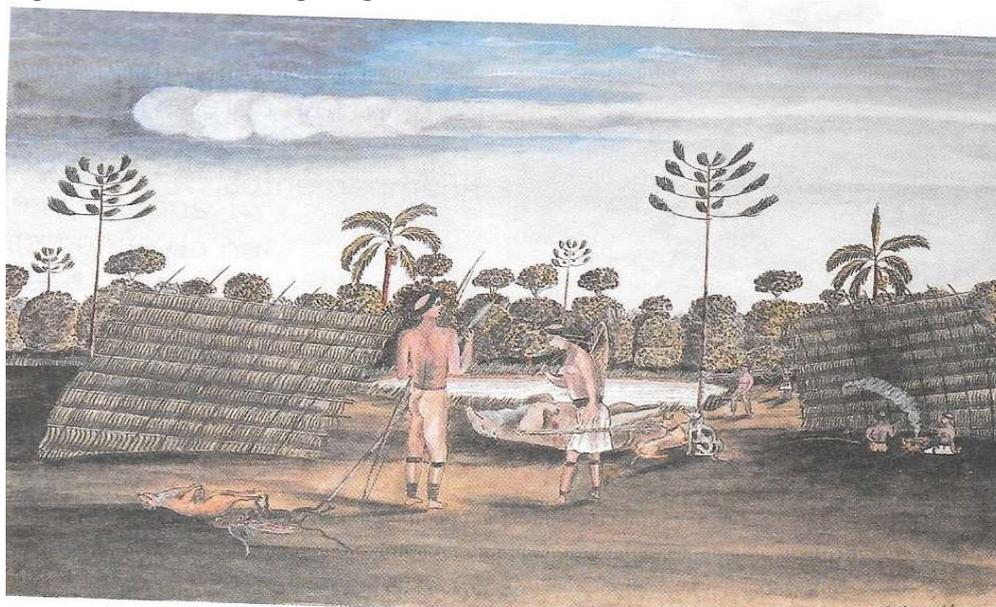
Figura 3 – Cacique Pahy dos Guaranis: Kayová



Fonte: Franz Keller, 1865. P.15

Aqui o cacique aparece com vestimentas que o diferencia dos demais índios, cocar na cabeça feito de penas de aves e adorno no pescoço.

Figura 4 – Índios cainguangues em correria de caçada, Província do Paraná



Fonte: João Henrique Elliot p. 16.

Na imagem 4, o índio está representado em sua moradia e aparecem conversando e preparando os alimentos adquiridos através da caça e da pesca. Estão manuseando arcos e flechas e utilizam poucas roupas. Tais atividades pedagógicas com as pinturas indicam a preocupação da autora de apresentar ao aluno características consideradas peculiares dos povos indígenas, como: corte de cabelo, vestimentas, ornamentos decorativos, pinturas corporais e outros aspectos da sua vida cotidiana como elementos de sua cultura.

Desses aspectos representativos da cultura indígena, a narrativa segue no sentido de indicar como sobreviviam, a relação com a terra e a natureza. No capítulo segundo⁶, a autora afirma “há muitos séculos, os indígenas viviam organizados em aldeias, próximo a rios e no meio da floresta, e praticavam agricultura de subsistência” (BUENO, 2014, p.18).

A clássica compreensão de que os índios viviam em aldeias, organizados em suas tarefas e com clara divisão do trabalho aparece dissociada da prática jesuítica no processo de aldeamento ou povoações dos índios e suas técnicas de reuni-los para a catequização. Além disso, é possível perceber a ideia do europeu como sempre inteligente, pesquisador, desbravador, enquanto os indígenas caçam e pescam.

Ao relatar o encontro entre portugueses e indígenas, a diferença entre os povos mais uma vez, é a questão da vestimenta, de que os portugueses estavam com roupas, enquanto os indígenas usavam apenas adornos corporais. E este encontro é documentado através da Carta de Pero Vaz de Caminha para o Rei de Portugal, sobre a carta, cita um trecho e pede que os alunos interpretem as questões, tipo: quem é o autor do texto?; que informações o texto apresenta?; como o autor fala de seus personagens?; qual a intenção do autor em escrever essa carta?; quais das palavras usadas no texto você ainda não conhecia?; Mesmo sem conhecer algumas palavras, você conseguiu compreender o texto?

(...) Acenderam-se todas as tochas; entraram e não fizeram nenhuma menção de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou a acenar com a mão para a terra e depois para o colar. Como que nos dizia que havia em terra ouro. E também viu um castiçal de prata, e assim mesmo acenava para a terra e então para o castiçal, como que havia também prata. Mostraram-lhes um papagaio pardo que aqui o Capitão traz; tomaram-no logo na mão e

⁶ Capítulo 2 – O jeito de viver em outros lugares p. 18.

acenaram para a terra, como que os havia ali. Mostraram-lhes um carneiro e não fizeram menção dele. Mostraram-lhes uma galinha; quase tiveram medo dela, e não lhe queriam por a mão; e depois a pegaram espantados. Deram-lhe ali de comer pão e pescado cozido. Confeitos, bolos, mel e figos secos. Não quiseram comer daquilo quase nada, e, se de alguma coisa provavam, lançavam-na logo fora. (...) (Rey Dom Manuel, 1999, p. 29).

O indígena aparece com medo e o demonstram como conhecedor do que era ouro e prata. Outro momento do contato entre os Portugueses e os indígenas no livro é retratado, através da pintura do Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500, de Oscar Pereira da Silva⁷, 1922, imagem produzida 422 anos após a chegada dos Portugueses ao Brasil.

Figura 5 – Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, em 1500



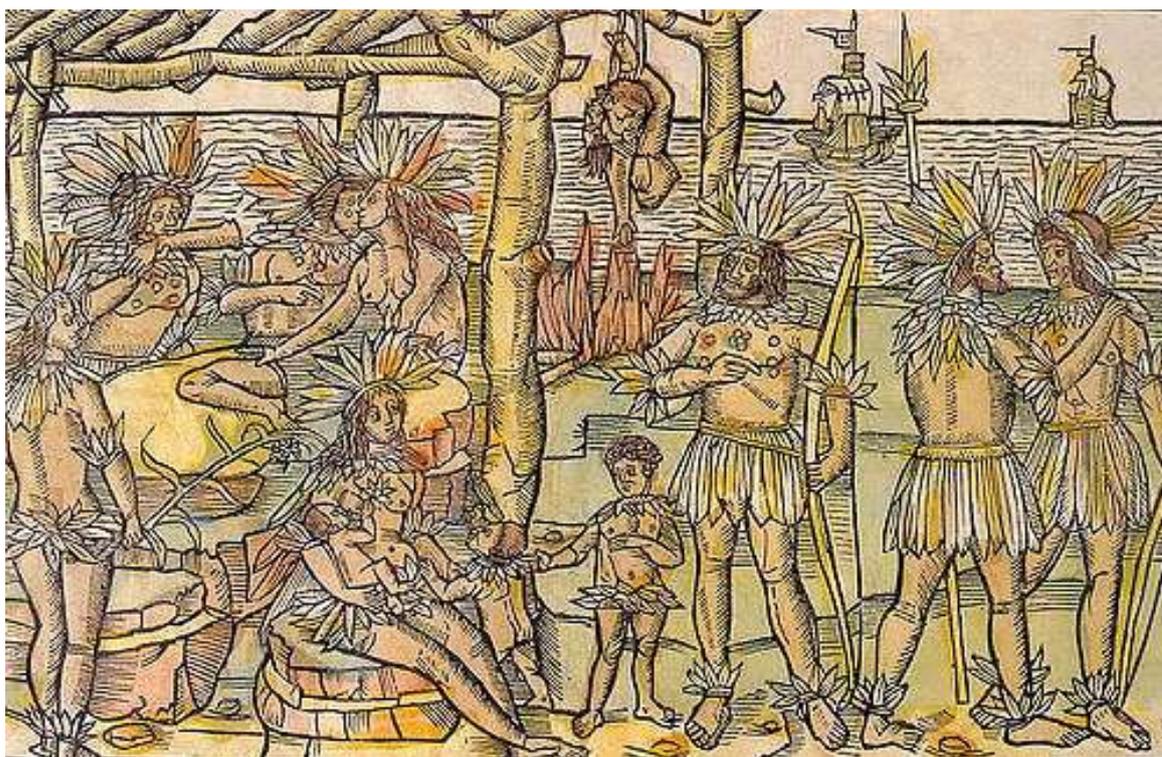
Fonte: Oscar Pereira da Silva, 1922 p. 29.

⁷ **Oscar Pereira da Silva:** nasceu em São Fidelis, estado do Rio de Janeiro, em 1867. Fez cursos de artes com pintores brasileiros e também em outros países. Realizou muitas obras no Brasil, onde seu talento e sua dedicação foram reconhecidos, o que lhe rendeu alguns prêmios. Desde criança, mostrou-se interessado pelo desenho e pela pintura. Ainda adolescente, matriculou-se na Academia Imperial de Belas Artes. (BUENO, 2014, p. 29).’

Ao apresentar a imagem do “Desembarque de Pedro Álvares Cabral”, a autora solicita aos alunos, verificarem como o artista representou o primeiro contato, e as diferenças entre os dois povos?; e mais uma vez a diferença, exposta na pintura foi de que os portugueses estavam vestidos com roupas e os indígenas nus.

Na sequência, no capítulo 3⁸, o objetivo da autora é mostrar que em diversos lugares existem povos com jeitos próprios de viver, através da representação das imagens 4 e 5, orienta os alunos observarem os detalhes das diferenças representadas entre os portugueses e os indígenas. No texto que ela utiliza para fundamentar esta sessão destaca a questão da vestimenta, além de alguns costumes dos europeus, como o de cortar árvores (pau-brasil). E exemplifica para os alunos que caso algum indígena fosse para a Europa, também ficaria curioso e estranharia os costumes dos habitantes do lugar.

Figura 6 – Novo Mundo



Fonte: Johann Frouschauer p. 33.

⁸ Não existe madeira em sua terra? p. 32

Aqui se encerra o capítulo os “primeiros tempos” para, então, adentrar no segundo momento que é a ocupação e povoamento. O objetivo é de levantar os aspectos iniciais da história da colonização da América Portuguesa, fundamentada na exploração das riquezas como o pau-brasil, madeira retirada e transportada para Europa, além da construção de engenhos para produzir açúcar e criar lavouras de cana e os primeiros povoados. A atividade de exploração do pau-brasil é apresentada no livro, através da imagem presente na página 43, em qual apresenta os indígenas que habitavam as regiões onde existia pau-brasil trabalharam no corte e no transporte das árvores. Conforme apresentado na imagem seguinte:

Figura 7 – O corte de madeira pau-brasil



Fonte: André Thevet⁹, 1575, Gravura, Biblioteca do Congresso, Whashington, Estados Unidos. P.43

Ao discorrer sobre ocupação do território, o tema das Capitânicas Hereditárias é mencionado. Para a autora, qual o rei de Portugal, doava os lotes para pessoas de sua confiança, de forma a evitar a presença de outros povos, combater navios estrangeiros, controlar os

⁹ André Thevet: frade franciscano que esteve no Brasil no século XVI. Escreveu livros contando suas impressões sobre os indígenas e as tentativas de ocupação das terras pelos franceses. (BUENO, 2014, pág. 43).

indígenas que se revoltavam contra o domínio dos portugueses, explorar o pau-brasil, construir capelas e vilas, desenvolver a agricultura.

Para explicar o fracasso das capitânicas hereditárias e a criação do Governo-Geral em 1549, nomeado para a função de governador geral do Brasil Tomé de Sousa, o indígena aparece novamente no contexto da diferença cultural:

Uma das diferenças entre os povos que constituem a sociedade brasileira pode ser observada no modo de vestir. Desde o início da colonização brasileira, essa diferença pode ser notada, como mostra a gravura. De chapéu, está o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa; os padres jesuítas estão de batina; e os indígenas estão representados usando cocares de penas” (BUENO, 2014, p.45).

A imagem 8 é inserida para representar as diferenças de vestimentas. Nela, os europeus aparecem de chapéu, roupas (calças compridas, blusas de mangas longas), botas, os padres de batina e os indígenas com poucas roupas e na cabeça um adorno.

Figura 8 – Tomé de Sousa desembarca na Bahia, em abril de 1545



Fonte: Autoria desconhecida, Biblioteca Municipal de São Paulo. p. 45

No capítulo sobre o “Povoamento e conquista do Sul”, a escravização indígena é mencionada. A autora anuncia que a ocupação se deu através da criação das Capitânicas Hereditárias, e da vinda de portugueses (paulistas) da Capitania de São Vicente e Cananéia, qual

o motivo principal era o desejo de encontrar minas de ouro e aprisionar índios para servirem como mão de obra nas lavouras de açúcar, em meados do século XVI.

Ponto de destaque nesta sessão é a imagem de uma família Guarani, aprisionada para serem vendidos e empregados na condição de escravos pelos colonizadores. E assim solicita aos alunos para apresentarem oralmente, o que observam na imagem.

Figura 09 – Família Guarani aprisionada por escravistas



Fonte: Jean –Baptiste Debret¹⁰, 1830. P.56.

Nessa imagem, o índio aparece representado como diferente em sua forma “primitiva”: sem roupas e sendo levados como prisioneiros pelos colonizadores.

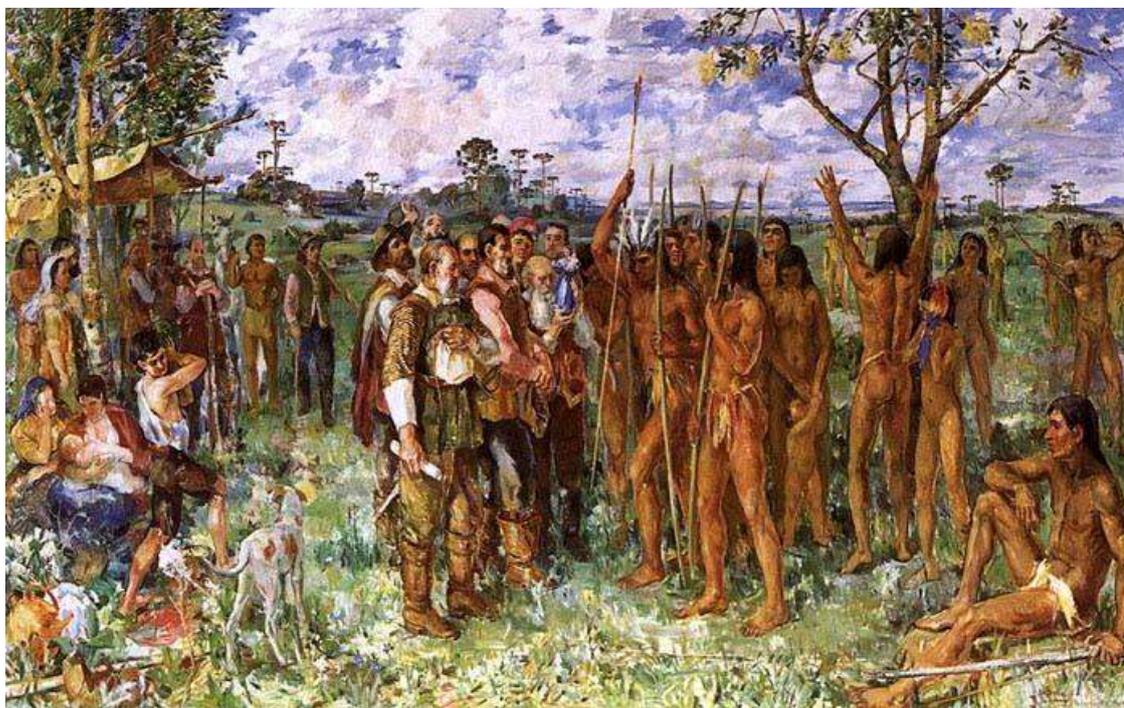
Além do trabalho rural, menciona também que os indígenas “eram obrigados a executar os trabalhos domésticos e serviços nas lavouras, quais não recebiam pelo trabalho”. Muitos destes indígenas eram capturados em suas aldeias e vendidos para estes fazendeiros. Considera-se que a escravidão dos indígenas teve início com a chegada dos portugueses que os forçavam a trabalhar.

Na imagem 11, presente no livro didático na página 58, é referente ao encontro entre indígenas e portugueses nas terras da atual cidade de Curitiba, do artista Theodoro de Bona, considerado um dos grandes representantes da pintura paisagística paranaense. O pintor ao representar através da pintura os encontros entre indígenas e portugueses, fortalece a questão das

¹⁰ **Jean-Baptiste Debret:** pintor francês, chegou ao Brasil no início do século XIX e retratou várias cenas do cotidiano da sociedade da época. Muitas dessas cenas já aconteciam havia muitos anos, como a apreensão de indígenas. (BUENO, 2014, pág. 56).

diferenças, e que a intenção do português para este território é de adquirir riquezas. Nela, os índios são representados como se estivessem tendo uma amigável conversa com os portugueses.

Figura 10 – Encontro entre indígenas e portugueses nas terras atual de Curitiba



Fonte: Obra do pintor Theodoro de Bona¹¹. p. 58

No capítulo 7 – *Engenhos do mate*, ao utilizar a imagem de uma tropa de muars transportando erva-mate para Paranaguá pelo caminho do mar, representa que o Paraná possuía vastas áreas de erva mate, considerada uma das riquezas.

¹¹ Theodoro de Bona: nasceu em Morretes, em 1904, estudou em Curitiba e frequentou o ateliê de Alfredo Andersen. Participou de cursos de pintura no exterior e de várias exposições. Dedicou-se a retratar as diversas paisagens do Paraná. Morreu em 1990. É considerado um dos grandes representantes da pintura paisagística paranaense. (BUENO, 2014, pág. 58).

Figura 11 – Tropa de muares transportando erva-mate para Paranaguá, pelo caminho do mar



Fonte: Jean Léon Palliere, 1860. p. 69

O indígena nesta sessão aparece como consumidor de erva-mate, caracterizada por ser planta nativa, quais os indígenas acreditavam que ela tinha poderes milagrosos como curar males e aliviar o cansaço. E na página 71, apresenta uma imagem, de Alfred Demesay, 1846 qual apresenta os índios guaranis às margens do Rio Paraná, trabalhando no corte e no preparo do mate.

Figura 12 – Corte e preparo do mate pelos índios guaranis, às margens do Rio Paraná



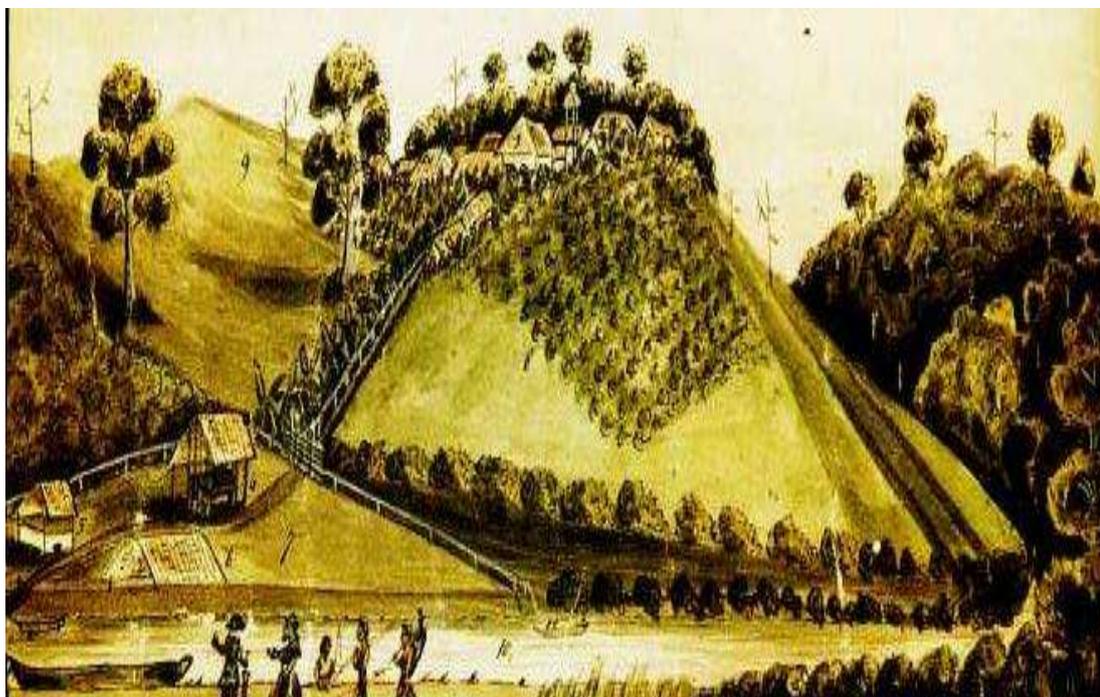
Fonte: Alfred Demersay, 1846. p. 71.

No capítulo 14-Povoamento do Norte, do Oeste e do Sudoeste do Paraná, na página 127, a autora fundamenta que:

A preocupação das autoridades com o povoamento e a ocupação do interior do Paraná teve início em meados do século XIX. Uma das primeiras iniciativas a fundação da colônia militar de Jataí (1851) e dos aldeamentos indígenas de São Pedro Alcântara e São Jerônimo da Serra, no extremo norte do Paraná. Nesses núcleos, entre outros produtos agrícolas, plantava-se café em pequena quantidade, destinado ao consumo da comunidade (BUENO, 2014, p. 127).

Ao representar o povoamento do norte do Paraná, a autora solicita aos alunos que observem a imagem 14, presente na página 127 do livro didático, é uma maneira de fazer com que os alunos verifiquem como foram criados estes núcleos de povoamento, quais estão presentes construções de casas, o desmatamento, o cercamento das terras, o cultivo agrícola. Ao observar estas mudanças, é possível verificar que o indígena fica a parte destas modificações, pois ele precisa de toda a mata para sua sobrevivência, para poder caçar, pescar, produzir.

Imagem 13 – Aldeia indígena de São Pedro Alcântara



Fonte: João Henrique Elliot. p. 127.

A ocupação do oeste e sudeste do Paraná foram caracterizadas por diversas expedições, com o único interesse de descobrir riquezas, e a intenção de fundar núcleos populacionais, construir fortalezas, representada na obra de José de Miranda, que mostra diversos indígenas, junto com padres, colonizadores, intitulada como “A expedição de Afonso Botelho na Planície de Guarapuaba”, em 1777. Conforme informa BUENO (2014), de que Afonso Botelho explorou a região, mas não conseguiu naquele momento efetivar o povoamento que pretendia, pelo motivo da resistência indígena.

Figura 14 – Expedição de Afonso Botelho na Planície de Guarapuaba



Fonte: José de Miranda, 1777. Aquarela. p. 131.

O capítulo 4¹² da segunda unidade inicia-se na página 184 do livro didático, qual discorre, sobre as diversas culturas e nacionalidades de pessoas que fazem parte do estado do Paraná. Para isto, informa, que para o governo adquirir informações sobre as pessoas que habitam o território nacional, utilizam o Censo demográfico. E propõe que os alunos façam um minicenso dentro da sala de aula, para que possam analisar a população da sala de aula, na atividade o indígena vai aparecer na questão 7-“Há alguém com antepassados indígenas? E africanos? E portugueses? E a figura de um quadro, em qual consta o professor marcando um traço para cada resposta. Ao utilizar o termo antepassado, o livro didático fundamenta o índio como algo do passado, pois se tiver algum aluno com antepassado indígena, entende-se que ele também é um indígena.

¹² A população do Paraná é caracterizada pela diversidade cultural p. 184.

Figura 15



Fonte: BUENO, Wilma de Lara. Pequenos Exploradores: livro regional: Paraná: geografia, história, arte e cultura: 4º e 5º ano / Wilma de Lara Bueno, Berenice Bley Ribeiro Bonfim, Pedro Machado de Almeida. Curitiba: Positivo, 2014. (Coleção Pequenos Exploradores). p.185.

2. HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA: CONTRIBUIÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL EM IMAGENS

Na Lei 11.645 de 2008, ao estabelecer que nas escolas de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, serão obrigatórios os estudos da história e cultura afro-brasileira e indígena, esclarece que o conteúdo programático deverá incluir

“[...] diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes a história do Brasil (BRASIL, 2008).

Ao prover esse aspecto formativo, define no artigo 2º, das diretrizes operacionais para o Ensino da Temática da História e da Cultura Indígena, de que os livros didáticos deverão:

[...] promover positivamente a imagem dos povos indígenas, dando visibilidade à história e à cultura desses povos, visando à construção de uma sociedade anti-racista, justa e igualitária, que valoriza as diferenças culturais que a constituem, seja no passado, seja nos dias atuais. (CNE/UNESCO, 2011, p. 72).

Toledo (2004), em seu artigo *A história ensinada sob o império da memória*: questões de História da disciplina, apresenta como, na construção da memória histórica escolar, a tese das três

raças presente na dissertação de Carlos Frederico P. de Martius ainda é presente entre nós. Segundo a autora, Martius teve uma visão de conjunto sobre a diversidade e sobre os elementos que poderiam ser comuns do país num momento em que se buscava um modelo de como se deveria escrever a história do Brasil. Na interpretação do naturalista a história do Brasil deveria considerar a presença das raças que pra cá vieram e formaram a sociedade, a formação da nação, dividindo-as em três: a raça de cor de cobre ou americana (índio), a branca ou caucasiana (português), e enfim a preta ou etiópica (negro). (TOLEDO, 2004, p.24). Escrita para a elite letrada que compunha o IHBG na época, o que obteve maior visibilidade aos olhos dos membros do instituto foi a predominância do elemento português, cristão e considerado civilizado. Sobre o índio ficou a seguinte orientação:

[...] investigar minuciosamente a vida e as histórias do desenvolvimento aborígenes americanos; e estendendo as suas investigações além do tempo da conquista, prescrutinará a história dos habitantes primitivos do Brasil, história que por ora não dividida em épocas distintas, nem oferecendo monumentos visíveis, ainda está envolta em obscuridade, mas que por esta mesma razão excita sumamente a nossa curiosidade. (apud TOLEDO, 2004, p. 25)

Por meio do olhar europeu, aborígene ficou compreendido como “primitivos habitantes do Brasil”. Tal entendimento tornou-se a memória histórica presente no ensino da história e cultura indígena. Como afirma Francisco Cancela:

Sem despertar muito interesse para os historiadores, suas ações sempre foram identificadas e analisadas à luz da atuação pioneira e heróica do europeu, responsável direto pela implementação de um projeto supostamente civilizatório nas terras conquistadas e colonizadas ao sul do Novo Mundo. (CANCELA, 2016, p. 15).

Toledo (2004), afirma que as investigações sobre História e Memória no Brasil estão levando a estudos de revisão historiográfica do período imperial. Nesse campo, estão sendo objetos de análises: o IHGB, o Colégio Pedro II, os manuais didáticos utilizados no século XIX e os historiadores do período. Tal preocupação tem mostrado como o ensino de História nasce sob o império de uma memória. A convergência de interesses em torno da compreensão da representação e da memória diante do conhecimento histórico, que atualmente se verifica, indica como a história e cultura indígena ocupa um lugar nessa memória que se relaciona com as

interpretações de Martius. Nesse sentido, destacou-se, no livro didático em análise, dois pontos centrais: a ideia de contribuição do indígena e sua diversidade cultural.

No conteúdo **Paraná: um estado miscigenado**, o livro didático retrata que a população paranaense é miscigenada, e que diversos povos que aqui habitaram deixaram suas contribuições, como os nativos indígenas, os africanos e asiáticos. Novamente aparece a ideia de que os indígenas, não constituíram a população, mas contribuíram com sua cultura.

O item **Explorando nossa História** descreve que o território paranaense, antes da chegada dos portugueses ao Brasil era ocupado pelos indígenas, conforme tabela abaixo.

Tabela 2

Comunidades	Região
Carijó	Litoral
Tingui	Curitiba
Kaingang e o Xokleng	Palmas, Guarapuava e Londrina.
Guarani	Oeste do Estado
Xetá	Noroeste do Estado, região de Cruzeiro do Oeste, particularmente Serra dos Dourados.

Fonte: BUENO, Wilma de Lara. Pequenos Exploradores: livro regional: Paraná: geografia, história, arte e cultura: 4º e 5º ano / Wilma de Lara Bueno, Berenice Bley Ribeiro Bonfim, Pedro Machado de Almeida. Curitiba: Positivo, 2014. (Coleção Pequenos Exploradores).

O jornalista e historiador paranaense Milton Ivan Heller, descreve a vida dos povos indígenas, qual informa que com a chegada dos colonizadores no início do século XVI a relação harmoniosa que os indígenas tinham com a natureza foram alteradas, além da vinda dos padres da Companhia de Jesus, que vieram para catequizar os indígenas.

Os índios apreciavam os encantos da floresta que seria devassada pelo homem branco em sua sede de lucros: a frescura úmida das matas, o perfume sempre renovado das flores, o verde dos gramados e das ervas que cobriam o solo, as árvores, os rios e todos os pássaros e animais, sendo alguns peçonhentos e ferozes que aprenderam a caçar. (HELLER, M. I., 2011, apud., ALMEIDA e BONFIN, 2014, p. 187).

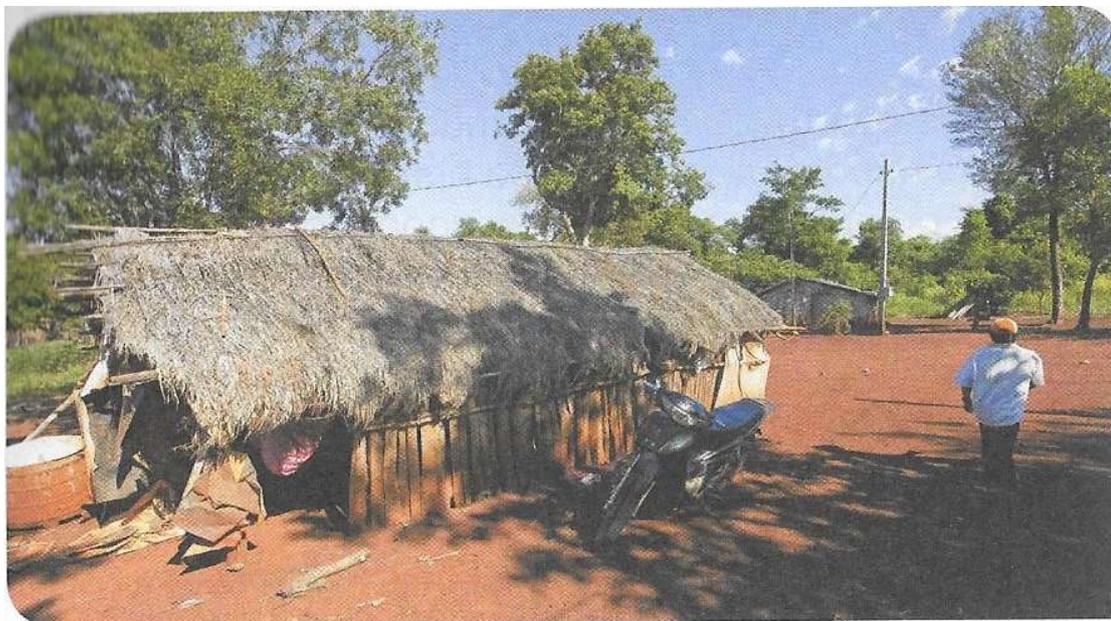
Tabela 3

Terras Indígenas	Municípios
Reserva Indígena Ocoí	São Miguel do Iguaçu
Reserva Indígena Rio das Cobras	Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu
Reserva Indígena Mangueirinha	Chopinzinho, Mangueirinha e Coronel Vivida
Reserva Indígena Palmas	Palmas – PR e Abelardo Luz - SC
Reserva Indígena Marrecas	Turvo e Guarapuava
Reserva Indígena Ivaí	Manoel Ribas e Pitanga
Reserva Indígena Faxinal	Cândido de Abreu
Reserva Indígena Rio D´Areia.	Inácio Martins
Reserva Indígena Tekoha-Añeteté	Diamante do Oeste e Ramilândia
Reserva Indígena Queimadas	Ortigueira
Reserva Indígena Apucarantina	Londrina
Reserva Indígena Barão de Antonina	São Jerônimo da Serra
Reserva Indígena São Jerônimo da Serra	São Jerônimo da Serra
Reserva Indígena Laranjinha	Santa Amélia
Reserva Indígena Pinhalzinho	Tomazina
Reserva Indígena Ilha da Cotinga	Paranaguá
Reserva Indígena Mococa	Ortigueira

Fonte: Dia a dia Educação. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/estaticas/alunos/indios_terras.php. Acesso em 06 dez. 2016.

Para finalizar o conteúdo sobre os povos indígenas no Paraná, utiliza uma imagem de uma moradia Avá Guarani, presente na reserva indígena localizada em São Miguel do Iguaçu – Pr, Foto de Mauricio Simonetti (2014):

Figura 17 – Moradia Avá Guarani em reserva indígena localizada em São Miguel do Iguçu. Pr.



Fonte: Foto de 2014. Mauricio Simonetti/Pulsar imagens.

3. O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Nesse trabalho, utilizamos o conceito de “apropriação”, desenvolvido por Chartier (1990), para representar a ação dos professores em seus “usos” do livro didático para sinalizar que estamos falando do ensino de História e Cultura Indígena no Município de Maringá por intermédio do livro didático adotado em análise. Tratando-se, portanto, de uma hipótese, sobre como as escolas estão lidando com essa temática na atualidade uma vez que, como já se mencionou, a identificação do texto didático com o que se passava no interior das salas de aula no desenvolvimento das atividades de professores e alunos embora é possível afirmar que existe uma estreita relação entre a prática pedagógica e o saber produzido por meio do livro didático. Entretanto, as práticas cotidianas desenvolvidas pelos professores – compreendidos como atores sociais – apresentam características de construção de reconstrução dos conteúdos propostos nos livros didáticos.

Desde o século XX as políticas públicas educacionais se voltaram para a orientação dos usos do livro didático em nível nacional por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Submetido a avaliação, os livros que chegam as escolas municipais passam pelo trajeto de aceitação de avaliadores e professores das instituições de ensino.

Os livros didáticos imbuídos de uma proposta de ensino e aprendizagem dos conteúdos escolares apresentam definições educacionais (proposta pedagógica) e historiográficas. Em termos historiográficos é possível afirmar que a percepção do tema história e cultura indígena se realiza por meio da narrativa oferecida pelo livro didático em análise por estar sendo utilizado nas aulas de História do Paraná, especialmente na interdisciplinaridade entre História, Geografia, Artes.

Considerando a análise realizada e descrita anteriormente, a questão conclusiva para este trabalho seria: como são representados os índios no livro didático?

Podemos dizer que um objetivo pedagógico fundamental presente no livro é diminuir o preconceito com vistas ao convívio e aceitação das diferenças culturais. Nesse aspecto surge a representação do índio como contribuinte da cultura e formação social brasileira. Historiograficamente, a abordagem ainda é permeada pela ideia de que os índios, desde a chegada dos europeus, eram ingênuos, incapazes de entender o mundo dos não índios.

É necessário ir para além do livro didático, mesmo sendo uma importante ferramenta de trabalho, o professor como mediador precisa desconstruir posturas conservadoras, de como pensar que a cultura é algo estático, e que os índios estão aculturados, a visão de que o índio é um bom selvagem, defensor e amigo da natureza, de indígenas como seres genéricos, é necessário, ter o conhecimento de que no Brasil temos várias etnias em diversas partes do território como já apresentado neste artigo, além da compreensão de que os índios não estão no passado, mas são integrantes da sociedade atual em diversos lugares do estado brasileiro.

Desta forma, é necessário um aprofundamento das reflexões e de estudos referentes a história e da cultura indígena que caracteriza a formação da população brasileira, qual a Lei 11.645/08, que nos faz refletir enquanto professores a questão dos conteúdos a serem ministrados nas escolas e de olhar para os indígenas como grupos étnicos, atuantes na sociedade e que estão em constantes lutas pelos seus direitos.

REFERÊNCIAS:

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos Indígenas e Ensino de História: a Lei Nº 11.645/2008 como caminho para a interculturalidade. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel. PEREIRA, Nilton Mullet. BERGAMASCHI, Maria Aparecida. GEDOZ, Sirlei Teresinha. PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST:EXCLAMAÇÃO: ANPUH, 2010, v. , p. 151-166.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

BONIN, Iara Tatiana. Povos indígenas na rede das temáticas escolares: o que isso nos ensina sobre identidades, diferenças e diversidades? **Currículo sem Fronteiras**. Volume 10, n.1, pp.133-146, jan/jun 2010.

BRASIL. **Convenção nº169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes e Resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais**. Brasília: OIT, 2003.

_____. **Lei nº 11.645/2008**, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2010.

BRITO, Edson Machado de. **O ensino de história como lugar privilegiado para o estabelecimento de um novo diálogo com a cultura indígena nas escolas brasileiras de nível básico**. *Fronteiras: Dourados*. v. 11, n. 20, p. 59-72, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/624/418> Acesso em 10 mar. 2016.

BUENO, Wilma de Lara (Org.). **Pequenos historiadores: livro regional: Paraná: geografia, história, arte e cultura: 4º e 5º ano. Positivo: Curitiba, 2014.**

CAIMI, Flávia Eloisa. Escolhas e usos do livro didático de História: O que dizem os professores. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel. PEREIRA, Nilton Mullet. BERGAMASCHI, Maria Aparecida. GEDOZ, Sirlei Teresinha. PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST:EXCLAMAÇÃO: ANPUH, 2010, v. , p. 101-114.

CANCELA, FRANCISCO . A Capitania de Porto Seguro: territórios, paisagens e história. In: CANCELA, Francisco. (Org.). **História da Capitania de Porto Seguro: novos estudos sobre a Bahia Colonial**. 1ed.Jundiaí: Paco Editorial, 2016, v. 1, p. 15-40.

CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: AUTÊNTICA, 2009.

_____, Roger. **Leituras e leitores na França do antigo regime**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2004.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**. Teoria e Educação. Porto Alegre: Pannonica, 1990. n.2, p.177-229.

COELHO, Mauro Cezar. **As populações indígenas no livro didático, ou a construção de um agente histórico ausente**. Caxambu: 2007. 9 páginas. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT13-3000--Int.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2016.

FAUSTINO, R.C. **Políticas educacionais dos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena**. Tese (Doutorado) PPGE/UFSC-SC, 2006.

FREIRE, J.R.BESSA. Cinco idéias equivocadas sobre o índio. In **Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano** (CENESCH). n. 01, set, 2000. p. 17-33.

_____. A herança cultural indígena: quem são os herdeiros?. In CONDURU, R. SIQUEIRA, V.B. **Políticas públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro**. Rio. Sirius/FAPERJ. 2003.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a república**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

GOMES, Luana Barth. **Legitimando saberes indígenas na escola**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, PPGEDU.

GOMES, Nilma Lino. O plano nacional de educação e a diversidade: dilemas, desafios e perspectivas. In: DOURADO, L. F. (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. 2ª ed. Goiânia: UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (219-261).

LUCIANO, Gersem dos Santos. **Os desafios da educação indígena intercultural no Brasil: avanços e limites na construção de políticas públicas**. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (Org.). Porto Alegre: Pallotti, 2012

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MARTIUS, Karl Friedrich Von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. 01, Rio de Janeiro, 1845. pp.381-395.

MELIÁ, Bartolomeu. **Educação Indígena na Escola**, Cadernos CEDES. Ano XIX, nº 49, dezembro 1999.

MUNDURUKU, Daniel. **Meu avô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

NOVAK, M.S.J. **Política de ação afirmativa:** a inserção dos indígenas nas universidades públicas paranaenses. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEDUC. Secretária Municipal de Educação de Maringá. **Currículo da Educação Infantil e Anos Iniciais do ensino fundamental.** 2012. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/3c1871b9202b.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2016.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. **A história ensinada sob o império da memória:** questões de História da disciplina. *História* [online]. 2004, vol.23, n.1-2, pp.13-32. ISSN 1980-4369. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742004000200002>. Acesso em 20 abr. 2016.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. Pensar a história, repensar seu ensino: por que ensinar o passado à infância brasileira?. In: AMARO, Hudson Siqueira. RODRIGUES, Isabel Cristina (Org.). **História:** metodologia do ensino. 2ed. Maringá: EDUEM, 2012, v. 1, p. 19-40.

ZAMBONI, Ernesta; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Povos indígenas e ensino de história:** memória, movimento e educação. In: Congresso de Leitura do Brasil, 17. Campinas, 2009.

A temática *História e Cultura Indígena* nas escolas do município de Maringá: caminhos da efetivação da Lei 11.645/2008

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria Aparecida Leopoldino
Universidade Estadual de Maringá.
Orientadora.

Profº Drº João Paulo Pereira Coelho
Universidade Estadual de Maringá.

Profº Drº Marco Antonio de Oliveira Gomes
Universidade Estadual de Maringá.